



CNPJ.: 33.082.081/0001-75

---

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO  
VALE DO RIO PRETO

**Pregão Eletrônico N° 02/2024**  
**Processo Administrativo n° 11835/2023**

**PENA & GONÇALVES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na AV Pedro Henrique Krambeck, 375 Bairro São Pedro Juiz de Fora-MG CEP 36.036-445, inscrita no CNPJ sob o n° 33.082.081/0001-75, por seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no artigo 165 da Lei n° 14.133/2021, interpor oportuno e tempestivo.

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Contra a decisão do Agente de Contratação que julgou habilitada a licitante WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, apresentando a seguir as razões e solicitando a reconsideração da decisão ora recorrida.

### **I-DOS FATOS**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto contra a decisão que habilitou a WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA na licitação Pública n° 02/2024 na modalidade Pregão Eletrônico, promovida pelo Município de São José do Vale do Rio Preto, cujo objeto é a Contratação de mão de obra especializada para prestação de serviços de Topografia em terrenos de propriedade do município ou de interesse público.



CNPJ.: 33.082.081/0001-75

Na etapa de lances a WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ofertou o menor preço, restando declarada vencedora do certame. Contudo, ao analisar a proposta de preços apresentada pela Recorrida, a Recorrente constatou que a proposta é manifestamente inexequível em razão dos equívocos abaixo verificados.

**1.1** Consoante o Edital de Licitação e em estrita observância ao disposto na Lei 14.133/2021, o órgão estimou o valor da contratação em R\$ 147.580,00 (Cento e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta reais). Entretanto, a vencedora apresentou uma proposta no valor de R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais), representando um desconto de **52,91%** em relação ao valor estimado. Sendo que o percentual máximo permitido de desconto é **25%**.

É importante ressaltar que a **Lei 14.133** determina:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

**§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**



CNPJ.: 33.082.081/0001-75

## 1.2 O próprio Edital que orienta esse certame diz:

Artigo 8- Da aceitabilidade da proposta arrematante/Vencedora:

8.2. Será desclassificada a proposta com vício ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme art. 59 da lei 14.133/2021.

**1.3** Ademais, o **Acórdão 2198/2023** do Tribunal de Contas da União relatado pelo Ministro Antônio Anastasia trouxe a seguinte interpretação:

Considerando que a representante se insurge, em suma, contra a desclassificação de seu lance, que teria sido inferior ao mínimo de 75% definido para lances exequíveis, sem que tenha havido diligência para demonstrar a sua exequibilidade;

Considerando que o § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021 estabelece que, "*No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração*";

Considerando que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis (art. 59, inciso III, da Lei 14.133/2021);

Considerando que, neste caso, não há que se cogitar da realização de diligências para aferir a inexequibilidade, pois o lance abaixo daquele percentual de 75% já é identificado pela própria Lei como inexequível, devendo a proposta ser desclassificada; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações às peças 8-9;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário com fundamento no art. 143, III, do RI/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente.



CNPJ.: 33.082.081/0001-75

A decisão de declarar vencedora a WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, mesmo diante de uma proposta baixa, suscita sérias preocupações acerca da correta aplicação dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e isonomia que devem nortear os procedimentos licitatórios.

É de suma importância ressaltar que a inexecução do contrato devido à inexecuibilidade da proposta representa um risco real para o órgão. A manutenção da decisão da comissão de licitação, com uma proposta notoriamente incompatível com a realidade do mercado, viola os princípios basilares da Administração Pública.

Entendemos que o valor apresentado pela administração publica está alinhado com os preços praticados, visto ser resultado de pesquisa e orçamentos atualizados conforme tabelas presentes no Edital

Reforçamos que não questionamos o direito da Vencedora de apresentar uma proposta com preços competitivos. No entanto, o desconto apresentado é tão substancial que levanta dúvidas legítimas quanto à capacidade da empresa de cumprir as obrigações contratuais sem prejudicar a qualidade do serviço e o atendimento adequado às necessidades do órgão.

O renomado autor José Cretella Júnior oferta a seguinte lição a esse aspecto:

**“Preços inexeqüíveis, por sua vez, são, ao contrário dos excessivos, os fixados em menor valor do que os constantes no mercado, indicando que o proponente não terá condições de cumprir o contratado se vier a ser vencedor, podendo abandoná-lo ou ser levado à ruína econômica. Em qualquer das hipóteses, a Comissão deve desclassificar a proposta, motivando a rejeição. Em suma, as propostas que não atendem às exigências do edital, por serem desconformes com o que foi fixado ou as que contiverem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis serão desclassificadas. (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações públicas. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 303).**



CNPJ.: 33.082.081/0001-75

## II-DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer a Pena & Gonçalves Projetos e Construções LTDA, o conhecimento do presente Recurso Administrativo para reformar a decisão administrativa que declarou vencedora a WM Topografia Construções e Serviços Ltda, bem como as demais participantes que se encontram na mesma situação (conforme demonstrado na tabela a seguir) em atendimento aos princípios norteadores do certame licitatório, em especial aos princípios da legalidade e do interesse público, devido a proposta manifestamente inexequível.

	Razão Social:	Valor lance	Percentual de desconto
1	WM TOPOGRAFIA CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	R\$ 69.500,00	52,91%
2	CONSTRUTORA MICA RIO LTDA	R\$ 70.200,00	52,44%
3	CORZARQ. STUDIO TOPOGRAFIA E ARQUITETURA LTDA	R\$ 71.450,00	51,58%
4	FERREIRA & REZENDE ENGENHARIA LTDA	R\$ 77.900,00	47,21%

Nestes termos, Pede e espera deferimento.

Juiz de Fora, 24 de abril de 2024.

---

Roberta de Oliveira Pena

Sócia/Diretora